

Folha Informativa: AR/DSDIC/DILP/38

Utilização de cigarros eletrónicos em espaços fechados

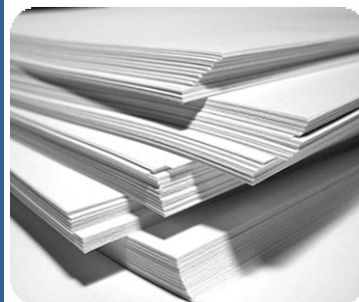
Data: 31 de outubro de 2014

Última atualização: 31 de outubro de 2014

Autora: Dalila Maulide

Colaboração: Fernando Bento Ribeiro

Composição gráfica: Teresa Xavier



Aviso legal e direitos de autor

Este documento é um resumo de informação publicada e não representa necessariamente a opinião do autor ou da Assembleia da República.

O documento foi produzido para apoio aos trabalhos parlamentares dos Deputados e funcionários da Assembleia da República.

© Assembleia da República, 2014.
Direitos reservados nos termos do artigo 52º da Lei nº 28/2003, de 30 de julho.

A presente folha informativa recolhe informação sobre a legislação e/ou regulamentação aplicáveis à utilização de cigarros eletrónicos em espaços fechados, em Portugal, na União Europeia, em alguns países da União Europeia e na Organização Mundial da Saúde.

Índice

1 – Introdução

2 - Enquadramento legal nacional

3 – Enquadramento no plano da União Europeia

4 – Direito comparado – países da União Europeia

5 – Enquadramento no plano internacional – Organização Mundial de Saúde

Anexo – Questionário e quadro sumário das respostas recebidas.

1 – Introdução

De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), sistemas eletrónicos de distribuição de nicotina (*electronic nicotine delivery systems* ou *ENDS*), de que os cigarros eletrónicos são o protótipo mais comum, são *artefactos que não queimam nem usam folhas de tabaco, mas que, em vez disso, vaporizam uma solução, que é inalada pelo utilizador*. Os principais componentes dessa solução, para além da nicotina nos casos em que esta está presente, são o Propilenoglicol (1,3-propanodiol), com ou sem glicerol e agentes aromatizantes. As soluções e emissões deste tipo contêm outros químicos, alguns dos quais podem ser considerados agentes tóxicos.

A [Diretiva n.º 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril](#), define cigarro eletrónico como *um produto que pode ser utilizado para consumir vapor que contém nicotina, por meio de boquilha, ou qualquer componente desse produto, incluindo um cartucho, um reservatório e o dispositivo sem cartucho ou reservatório; os cigarros eletrónicos podem ser descartáveis ou recarregáveis através de uma recarga e de um reservatório, ou recarregados por cartucho não reutilizável*.

Tratando-se de uma realidade muito recente e que carece de estudos aprofundados quanto a questões relacionadas com a qualidade, a segurança, a eficácia na cessação tabágica, bem como ao nível dos impactos sociais alargados, encontra-se por regular tanto nas dimensões do consumo, como da comercialização e publicidade, na generalidade dos Estados-membros da União Europeia.

A presente folha informativa recolhe informação sobre a legislação e/ou regulamentação aplicáveis à utilização de cigarros eletrónicos em espaços fechados, em Portugal, na União Europeia, em alguns países da União Europeia e na Organização Mundial da Saúde.

As informações apresentadas relativas ao tratamento legal da matéria nos países analisados resultam, na maioria, das respostas a um questionário enviado através da rede CERDP – Centro Europeu de Pesquisa e Documentação Parlamentar no final de outubro de 2014. Foi adicionalmente contactado um colega do parlamento italiano, com vista a obter informação sobre a situação naquele país, bem como se consultaram alguns sítios oficiais de ministérios da saúde e de legislação e as páginas da Comissão Europeia e da OMS.

2 - Enquadramento legal nacional

De acordo com o parecer da Direção-Geral da Saúde (DGS), emitido em 2011, e citado na imprensa¹, *a utilização dos cigarros eletrónicos não se encontra abrangida pela lei do tabaco, não tendo sido demonstrados até ao momento, riscos para a saúde associados ao seu uso*”.

À altura, o Diretor-Geral da Saúde alertou para a possibilidade de a utilização do cigarro eletrónico poder gerar *problemas de comportamento ético*, por os utilizadores permitirem-se *utilizar os cigarros nos locais onde é proibido fumar*.

Efetivamente, a [Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto](#), que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo, aprovada e publicada antes da difusão em larga escala deste novo tipo de cigarros, *visa estabelecer limitações ao consumo de tabaco em recintos fechados destinados a utilização coletiva de forma a garantir a proteção da exposição involuntária ao fumo do tabaco* (cf. art.º 3.º), estabelecendo, entre outras, a proibição de fumar *nos locais onde estejam instalados órgãos de soberania, serviços e organismos da Administração Pública e pessoas coletivas públicas* (cf. art.º 4.º, n.º 1, al. a))².

Releva para este efeito a alínea q) do artigo 2º da Lei, a qual determina que tabaco são *as folhas, parte das folhas e nervuras das plantas Nicotiana tabacum L. e Nicotiana rustica L., quer sejam comercializadas sob a forma de cigarro, cigarrilha ou charutos quer picadas para cachimbo ou para a feitura manual de cigarros, seja com a forma de rolo, barra, lâmina, cubo ou placa ou reduzidas a pó ou a grãos* e o facto de os cigarros eletrónicos, podendo conter nicotina, não conterem em princípio tabaco.

A [Circular informativa n.º 156/CD](#), de 12 de agosto de 2011, do Infarmed, esclarece que os *cigarros eletrónicos podem ter diferentes apresentações e reivindicar indicações médicas/terapêuticas que condicionam o seu enquadramento legal*:

- *Cigarro eletrónico contendo nicotina com indicação para o tratamento da dependência da nicotina ou para auxílio ao combate ao tabagismo – é classificado como medicamento;*
- *Kit que inclua um cigarro eletrónico e cápsula com nicotina com indicação para o tratamento da dependência da nicotina ou para auxílio ao combate ao tabagismo – o cigarro reutilizável é um dispositivo médico e a cápsula de nicotina é um medicamento, pelo que o conjunto é classificado como medicamento;*
- *Cigarro eletrónico não contendo nicotina e com indicação para o tratamento da dependência da nicotina ou para auxílio ao combate ao tabagismo - é classificado como dispositivo médico.*

O Infarmed acrescenta que, *tal como o cigarro convencional, o uso de cigarros eletrónicos pode induzir dependência, independentemente da quantidade de nicotina dispensada, pelo que o Infarmed desaconselha a utilização deste tipo de produtos, por não ser possível assegurar a sua qualidade, segurança e eficácia/desempenho*.

¹ <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/sociedade/detalhe/saude-desaconselha-cigarros-electronicos.html>

² No que se refere às instalações da Assembleia da República, já vigorava a Deliberação n.º 3/87 PL, de 13 de março, que determinou a proibição de fumar na sala das sessões e nas galerias da sala das sessões da Assembleia da República, publicada no [\[DAR II série N.º.60/IV/2 1987.03.27 \(pág. 2420-2420\)\]](#)

Segundo notícias recentes, de agosto deste ano³, o Governo, através da DGS, encontra-se a preparar legislação sobre cigarros eletrónicos, não sendo, no entanto, possível antecipar se a iniciativa legislativa conterà disposições para proibir a utilização deste tipo de cigarros em espaços fechados.

³ <http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/governo-prepara-regulamentacao-para-os-cigarros-electronicos-1667676>

3 – Enquadramento no plano da União Europeia

A [Diretiva 2014/40/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de abril de 2014, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e que revoga a [Diretiva 2001/37/CE](#), vem estabelecer normas para os produtos do tabaco, nomeadamente, cigarros, tabaco de enrolar, tabaco para cachimbo, charutos, cigarrilhas, tabaco sem combustão, cigarros eletrónicos e produtos à base de plantas para fumar.

A Diretiva entrou em vigor em 19 de maio de 2014 e o prazo de transposição decorre até 20 de maio de 2016.

Nos termos da alínea f) do art.º 1.º, a Diretiva tem por objetivo a aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à *comercialização e rotulagem de certos produtos relacionados com produtos do tabaco, nomeadamente cigarros eletrónicos e recargas* (v., a este propósito, art.º 20.º da Diretiva). Ficam assim, de fora das matérias agora harmonizadas as regras relativas aos aromas, bem como sobre *ambientes sem fumo de tabaco, sobre regimes nacionais de vendas ou publicidade nacional, ou sobre a utilização de marcas de tabaco em produtos ou serviços não relacionados com o tabaco («brand-stretching»)*, não se introduzindo tão pouco *limites de idade para os cigarros eletrónicos ou recargas* (cf. Considerando 48 da Diretiva).

Este diploma não visa, portanto, aproximar a legislação no que concerne à regulação de aspetos relacionados com a utilização de cigarros eletrónicos em espaços fechados, afirmando que se trata de matéria a regulamentar pelos Estados-Membros na sua jurisdição e incentivando os mesmos a fazê-lo.

Para mais informações, sugere-se a consulta do [sítio](#) da Comissão Europeia sobre a nova Diretiva.

4 – Direito comparado – países da União Europeia

Para consubstanciar a análise de direito comparado, foi construído um questionário enviado aos parlamentos dos países da União Europeia, através da rede de correspondentes do CERDP⁴. Responderam ao questionário parlamentos representantes de 20 países.

Apenas quatro – Alemanha, Bélgica, Eslováquia e Espanha – declararam ter em vigor proibições para o uso do cigarro eletrónico em espaços fechados. Nos três primeiros casos (Alemanha, Bélgica e Eslováquia), a proibição resulta da aplicação da lei que protege os não fumadores de tabaco, não tendo havido lugar à aprovação de normas *ex novo* para regular especificamente os cigarros eletrónicos.

O caso espanhol é diferente, na medida em que a proibição de uso de cigarros eletrónicos em espaços fechados advém da aprovação de uma lei que contém normas especificamente destinadas a esse fim em março deste ano.

Em nenhuma das respostas recebidas, foi detetado haver regras especiais aplicáveis aos parlamentos. Assim, nos casos em que a utilização do cigarro eletrónico está proibida nos parlamentos, a proibição deriva da aplicação da lei geral.

Foi também evidente a circunstância de haver, nalguns casos, dúvidas quanto à proibição de utilização de cigarros eletrónicos, na ausência de regras que os abranjam especificamente. A resposta dinamarquesa realçou essa questão.

⁴ Para obter informação sobre a situação italiana, foi ainda contactado diretamente um colega do parlamento daquele país.

Tabela 1–Sumário das respostas recebidas – utilização de cigarros eletrónicos em espaços fechados

País	Proibição de fumar cigarros eletrónicos em espaços fechados	Proibição de fumar cigarros eletrónicos no Parlamento
Alemanha	Sim	Sim
Áustria	Não	Não
Bélgica	Sim	Sim
Bulgária	-	-
Chipre	Não	Não
Croácia	Não	Não
Dinamarca	Não	Não
Eslováquia	Sim	Sim
Eslovénia	Não	Não
Espanha	Sim	Sim
Estónia	Não	Não
Finlândia	Não	Não
França	Não	Não
Grécia	Não	Não
Hungria	Não	Não
Irlanda	-	-
Itália	Não	Não
Letónia	-	-
Lituânia	Não	Não
Luxemburgo	Não	Não
Malta	-	-
Países Baixos	Não	Não
Polónia	Não	Não
Reino Unido	Não	Não
República Checa	-	-
Roménia	-	-
Suécia	-	-

Nota: os países assinalados com “-” não responderam ao questionário

Casos de não proibição

A circunstância de se tratar de uma temática nova é também espelhada no facto de vários países manifestarem a intenção de a regulamentar, adotando legislação que interdita a utilização do cigarro eletrónico em espaços fechados. Com efeito, a Estónia informou que foi iniciado o processo de transposição de Diretiva 2014/40/UE e que a iniciativa legislativa apresentada prevê a proibição de uso do cigarro eletrónico nas escolas e centros de jovens. O mesmo se diga em relação ao governo grego, que prepara iniciativa legislativa com vista a instituir para o consumo de cigarros eletrónicos as proibições que já vigoram para o fumo de cigarros convencionais. Também o governo francês anunciou a intenção de, em proposta de lei a apresentar no início do ano, restringir a utilização do cigarro eletrónico em certos locais públicos, em especial os locais em que se encontrem menores, os transportes públicos e os espaços fechados coletivos de trabalho.

No caso da Lituânia, no entanto, apesar de a mudança de legislação se encontrar já prevista, a iniciativa apresentada não regula o uso de cigarros eletrónicos em espaço fechado, embora tal possa vir a suceder em sede de debate na especialidade.

No extremo oposto, encontra-se o Reino Unido, em que o Ministério da Saúde não planeia vir a impor restrições à utilização de cigarros eletrónicos em espaços fechados.

Na Finlândia, apesar de não existir restrição legal ao fumo de cigarros eletrónicos em espaços fechados, na prática, a sua utilização é proibida ou desencorajada na maioria dos espaços públicos. O mesmo sucede no caso francês, em que a interdição ocorre frequentemente por via dos regulamentos de empresa. Segundo informação transmitida a propósito da situação na Polónia, a falta de normas que habilitem a interdição legal de utilização do cigarro eletrónico não impediu a aplicação de regulamentos internos que proíbem a utilização daquele tipo de cigarro, como aconteceu com os regulamentos de transporte público, que cominam a infração de fumo de cigarros eletrónicos com admoestação ou pena máxima de 500 zlotys⁵.

Casos de proibição

No caso alemão, a proibição deriva do facto de a lei federal em vigor (de 2007) não conter definições do que se entende por “fumar” ou por “produtos consumidos através do fumo”. Com base nisso, o Ministério da Saúde alemão entende que a Lei determina uma proibição geral de fumo em locais fechados, aplicável indistintamente a cigarros, charutos, cigarros sem tabaco ou cigarros eletrónicos. Os Estados federados têm leis próprias sobre a matéria, que dispõem essencialmente no mesmo sentido. No entanto, a aplicação das mesmas no sentido de incluir o cigarro eletrónico foi já contestada pelo menos no Estado do Nordrhein-Westfalen, em que o Tribunal Administrativo de Colónia determinou que a proibição de fumo era apenas aplicável a produtos de tabaco, excluindo os cigarros eletrónicos do seu âmbito.

⁵ Aproximadamente 120 euros

A lei belga (de 2009) comina uma proibição geral de fumo em espaços fechados e em locais de trabalho, aplicável ao fumo de tabaco, produtos de tabaco ou produtos similares. Considera-se que a designação “produtos similares” é aplicável aos cigarros eletrónicos.

Na Eslováquia, entende-se que o âmbito de aplicação da lei de proteção dos não fumadores inclui os cigarros eletrónicos, pelo que é proibido fumar este tipo de cigarros em espaços fechados.

Em Espanha, a [*Ley 3/2014, de 27 de marzo*](#), *por la que se modifica el texto refundido de la Ley General para la Defensa de los Consumidores y Usuarios y otras leyes complementarias*, modificou a Lei do Tabaco, no sentido de submeter o consumo de dispositivos suscetíveis de libertação de nicotina e produtos similares às normas que são estabelecidas para o consumo do tabaco, proibindo o seu consumo na generalidade dos espaços fechados, incluindo nos centros e dependências da Administração Pública e nas entidades de direito público (cf. disposição adicional décima segunda).

5 – Enquadramento no plano internacional – Organização Mundial de Saúde

A Organização Mundial da Saúde levou à 6.ª Convenção das Partes da [Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco](#)⁶, que teve lugar de 13 a 18 de outubro de 2014, em Moscovo, um relatório reunindo a evidência sobre os cigarros eletrónicos.

Nesse relatório ([Electronic nicotine delivery systems](#)⁷), afirma-se a necessidade de regulação dos cigarros eletrónicos no que se refere, entre outros aspetos, à utilização em espaços fechados. A OMS recomenda, nesse âmbito, que seja proibido o uso de cigarros eletrónicos nos locais onde já é proibido o fumo de tabaco, de acordo com as legislações nacionais, até que seja provado que os vapores exalados não são prejudiciais para as demais pessoas que se encontrem no mesmo espaço e até que haja suficiente evidência de que a sua utilização não prejudica a implementação da política de ambientes sem fumo (ponto 41 do Relatório). A este propósito, a OMS destaca que a evidência sugere que os aerossóis emitidos pelo cigarro eletrónico aumentam os níveis de alguns agentes tóxicos, nicotina e partículas no ar.

⁶ Adotada em Genebra, pela 56.ª Assembleia Mundial de Saúde, em 21 de maio de 2003

⁷ Doc. FCTC/COP/6/10 Rev.1

Anexo – Questionário enviado e texto integral das respostas recebidas

Country	Is there a general ban to the use of e-cigarettes in enclosed public spaces in your country?	Is smoking of e-cigarettes allowed within the premises of your Parliament? Are there any special rules applicable to the Parliament?
Austria	As in Portugal, there are no specific rules regarding e-cigarettes in Austria.	
Belgium	<p>There are no specific rules regarding e-cigarettes in Belgium. However since 2009 a general smoking ban applies in all enclosed public spaces and on working places (law of 22nd December 2009). “Smoking” is defined in this piece of legislation as “<i>smoking tobacco, tobacco products or similar products</i>”. The electronic cigarette belongs to the last category.</p> <p>Relevant legislation (in French): Loi du 22 décembre 2008 instaurant une réglementation générale relative à l'interdiction de fumer dans les lieux fermés accessibles au public et à la protection des travailleurs contre la fumée du tabac: http://www.health.belgium.be/eportal/Myhealth/Tobacco/Hospitalitysector/index.htm?ssUserText=type_IE2Law</p>	The e cigarette is not allowed. There are no special rules but the law of 22 December 2009 applies within the buildings of the Parliament.
Bulgaria		
Croatia	In the Republic of Croatia there is no general prohibition on the use of e-cigarettes in public places (it is not regulated in the Act on the Restriction of the Use of Tobacco Products)	In the Croatian Parliament there are no special rules applicable to e-cigarette.
Cyprus	No, unlike cigarettes their use is not banned.	There are no special rules with regard to the premises of the House of Representatives.
Czech Republic		

<p>Denmark</p>	<p>No. There are no specific rules regarding e-cigarettes in Denmark, so it is unclear whether e-cigarettes are covered by the ban on smoking in enclosed public spaces.</p>	<p>It has not yet officially been debated or decided upon. It is not a common thing to see Members with e-cigarettes within the premises of the Danish Parliament.</p>
<p>Estonia</p>	<p>The use of tobacco products is regulated by Tobacco Act in Estonia. Under this act the tobacco products are grouped as smoking tobacco products and smokeless tobacco products. Kindly be informed that at the moment e-cigarettes are not the object of our Tobacco Act, hence their smoking, advertising and trafficking is not regulated by law. There is no general ban on the use of e-cigarettes in enclosed public spaces.</p> <p>Although last week, on October 20, the draft law on amendments to the Tobacco Act and associated Acts (like Advertising Act, etc) has been initiated. The purpose of this draft law is to reduce the availability of tobacco-like products (like e-cigarettes, herbal cigarettes) to minors and establish the ban on advertising of tobacco-like products. Draft law stipulates that the use of tobacco-like products is prohibited in the rooms and territories of pre-primary schools, primary school, secondary school, vocational school, extra curricular school, youth centres, youth camps.</p>	<p>There are no rules on the use of e-cigarettes within the premises of our parliament.</p> <p>The ban of indoor smoking of traditional cigarettes is established. The indoor smoking is allowed only in smoking room.</p>
<p>Finland</p>	<p>There is no general ban regarding the use of e-cigarettes in enclosed public spaces. However, the use of e-cigarettes is either forbidden or at least discouraged in most enclosed public spaces including means of transport, restaurants, etc.</p> <p>Nicotine-free liquids and e-cigarette devices can be sold in Finland. Liquids containing nicotine fall under the requirements of the Medicines Act and they do not have a sales licence in Finland. Nicotine-free liquids are not clearly stipulated by any law. Advertising of tobacco or tobacco-like products is forbidden.</p>	<p>There are no specific rules on this issue. The question hasn't actualized, so far.</p> <p>Indoor smoking of "normal" cigarettes at the premises of the parliament is allowed only in two air-conditioned smoking cabins.</p>

<p>France</p>	<p>L'usage de la cigarette électronique est actuellement très peu encadré en France.</p> <p>La seule disposition portant sur ce sujet a été adoptée récemment dans le cadre de la loi n° 2014- 344 du 17 mars 2014 relative à la consommation ; insérée dans l'article L. 3511-2-1 du code la santé publique, elle concerne l'interdiction de la vente à des mineurs de moins de 18 ans:</p> <p>« - des cigarettes électroniques ou toute autre forme d'inhalateur électromécanique ou électronique simulant l'acte de fumer; - des liquides, contenant ou non de la nicotine, ayant pour objet d'être consommés avec une cigarette électronique ou avec toute autre forme d'inhalateur électromécanique ou électronique simulant l'acte de fumer ».</p> <p>Il n'est donc pas interdit de faire usage d'une cigarette électronique dans les lieux publics. Les règles en vigueur pour le tabac (interdictions de fumer dans les lieux publics ou sur le lieu de travail) ne lui sont donc pas applicables. Cependant, l'employeur peut choisir d'interdire cette pratique ; l'interdiction doit alors figurer dans le règlement intérieur de l'entreprise. Certaines entreprises (transports, commerces, etc.) ont édicté de telles interdictions.</p> <p>L'Assemblée nationale n'a pas de règles particulières limitant l'usage de la cigarette électronique dans ses locaux.</p> <p>Projet de réforme</p> <p>Le Gouvernement envisage de rendre les règles plus contraignantes. Dans le cadre du plan de lutte contre le tabac, adopté le 25 septembre 2014, la ministre de la santé a notamment proposé :</p> <ul style="list-style-type: none">- d'interdire l'usage de la cigarette électronique dans certains lieux publics, en particulier dans les établissements accueillant des mineurs, les transports en commun et les espaces clos collectifs de travail ;- de limiter la publicité en faveur des cigarettes électroniques, avant son interdiction définitive le 20 mai 2016. <p>Ces dispositions devraient être insérées dans le projet de loi sur la santé, dont la discussion est prévue à l'Assemblée nationale en début d'année prochaine.</p>
----------------------	---

<p>Germany</p>	<p>Bezogen auf den Bund ist nach § 1 Abs. 1 Bundesnichtraucherschutzgesetz das Rauchen in Einrichtungen des Bundes sowie der Verfassungsorgane des Bundes, in Verkehrsmitteln des öffentlichen Personenverkehrs und in Personenbahnhöfen der öffentlichen Eisenbahnen verboten.</p> <p>Durch die Einbeziehung der Verfassungsorgane des Bundes gilt das gesetzliche Rauchverbot damit auch für den Deutschen Bundestag.</p> <p>In den einzelnen Bundesländern gelten eigene Nichtraucherschutzgesetze.</p> <p>Weder der Begriff des Rauchens noch die beim Rauchen konsumierten Produkte werden im Bundesnichtraucherschutzgesetz definiert, so dass nicht mit Sicherheit davon ausgegangen werden kann, dass auch E-Zigaretten dem Anwendungsbereich des Gesetzes unterfallen. Nach Ansicht der Bundesregierung ist dies allerdings der Fall. Danach regelt das Bundesnichtraucherschutzgesetz ein allgemeines Rauchverbot, ohne dass „Rauchen“ hinsichtlich des Konsums bestimmter Produktgruppen wie z. B. Zigaretten, Zigarren, Kräuterzigaretten oder elektrischen Zigaretten differenziert werde (Antwort der BReg auf eine entsprechende Frage des Abg. Terpe, Drs. 17/8279, S. 114).</p> <p>Mangels ausdrücklicher gesetzlicher Regelung ist allerdings nicht auszuschließen, dass Gerichte im Streitfalle anders entscheiden.</p> <p>So ist bezogen auf das Nichtraucherschutzgesetz in Nordrhein-Westfalen, in dem das Verbot des Konsums von E-Zigaretten ebenfalls nicht ausdrücklich vorgesehen ist, das Verwaltungsgericht Köln (Az 7 K 4612/13) zum Schluss gekommen, dass das Rauchverbot lediglich den Rauch von Tabakprodukten umfasst und die E-Zigarette daher nicht unter den Anwendungsbereich des Nichtraucherschutzgesetzes in Nordrhein-Westfalen fällt.</p>	
<p>Greece</p>	<p>In Greece there are not applicable provisions that regulate the use of e-cigarettes. Therefore, the use of e-cigarettes in enclosed public spaces is not forbidden.</p> <p>However, even though there is no prohibition at this time, the Ministry of Health has prepared legislation in order to forbid the e-cigarette smoking in all enclosed areas where smoking is prohibited.</p>	<p>The same, as above, applies within the premises of the Greek Parliament.</p>
<p>Hungary</p>	<p>In Hungary no legal restrictions are imposed or even planned on using e-cigarettes. At the same time the sale of cartridges and liquids with nicotine is illegal.</p>	<p>As anywhere in the country, using of e-cigarettes are absolutely allowed also in the premises of the Parliament.</p>
<p>Ireland</p>		

<p>Italy</p>	<p>Comunque ti mando un parere del 2012 dell'Istituto Superiore di Sanità (Ministero della Salute) e il link a un'Ordinanza dello stesso Ministero della Salute del 2013, che sulla base di quel parere vieta la vendita e l'uso delle sigarette elettroniche nelle scuole.</p> <p>Il principio ispiratore è quello della precauzione, che con tutta probabilità verrebbe applicato anche qui alla Camera, se si presentasse il caso.</p>	
<p>Latvia</p>		
<p>Lithuania</p>	<p>No. Only smoking of tobacco products in closed public spaces is prohibited in accordance with Law on Tobacco Control (art. 19). This prohibition does not cover e-cigarettes as they are not tobacco products. Substantial amendments to the Law on Tobacco Control are currently tabled in the Parliament with the aim to provide definition of e-cigarettes and establish requirements for their content, quality, labelling, access to the market, advertising, prohibition of sale to minors, etc. However, current wording of article 19 concerning prohibition on smoking of tobacco products in closed public spaces is not targeted by aforementioned draft amendments (nonetheless it might become a subject during upcoming debates in the Parliament).</p>	<p>There are no special rules on the use of e-cigarettes in the premises of the Parliament.</p>
<p>Luxembourg</p>	<p>No, the Law of 18th July 2013 amending the Law of 11th August 2006 on Tobacco Control (Loi du 18 juillet 2013 modifiant la loi du 11 août 2006 relative à la lutte antitabac) does not include a general ban to the use of e-cigarettes in enclosed public spaces.</p>	<p>No, there are no special rules applicable to the Chambre des Députés and thus smoking of e-cigarettes is not explicitly prohibited in the premises of the Parliament.</p>
<p>Malta</p>		
<p>Netherlands</p>	<p>No.</p>	<p>There are no specific rules on the use of e-cigarettes in the building of The Senate.</p>

<p>Poland</p>	<p>No. According to article 2 of the Act on protection of health against the consequences of tobacco use and tobacco products of 9 November 1995 (Dz.U. 1996 nr 10 poz., with amendments), definitions of the products contained in the Act do not include e-cigarettes. Nevertheless the general prohibition does not exist, it is possible to adopt internal regulation, for example of prohibiting the use of e-cigarettes in public transport. According to article 54 of the Petty offences Code of 20 May 1971 (Dz.U. 1971 nr 12 poz. 114, with amendments), punishment for breaking the rules of order is a reprimand or a fine of a maximum of 500 zł.</p>	<p>No. The internal regulations of the Chancellery of the Sejm does not provide restrictions on the use of e-cigarettes</p>
<p>Romania</p>		
<p>Slovakia</p>	<p>There are applied the same rules for smoking of e-cigarettes as for smoking of classic cigarettes. It means that the Act №. 377/2004 Coll. on the Protection of Non-smokers can be applied also for smoking of e-cigarettes. There is a ban on smoking in these types of public spaces: - airports, bus and train stations, devices of public transport - health care institutions except the smoking rooms in psychiatric units - basic schools, secondary schools, nursery schools and children playgrounds - Universities and colleges - institutions of social care except the smoking rooms - theatres, cinemas, exhibition areas, galleries, sporting areas and shops - offices except the smoking rooms - department stores except the fully separated smoking premises - canteens and restaurants except the fully separated smoking premises - institutions of the human body care - prisons for minors There is a possibility to spread the ban on smoking on public places by the orders of the municipalities. Smoking in working places is regulated by the Act №. 124/2006 Coll. on the Safety and Protection of Health in Working Places. According to this act the employer is obliged to ban smoking in working places and control its keeping.</p>	<p>There are no special rules on smoking of e-cigarettes applicable on the Parliament. There is a general ban on smoking the same as in other working places and smoking is allowed only in specially designated premises separated from others. There is no difference between smoking of e-cigarettes and classic cigarettes.</p>

<p>Slovenia</p>	<p>Slovenian Restriction of the Use of Tobacco Products Act does not include provisions regarding smoking electronic cigarettes. That means that their use in places where smoking is otherwise prohibited is permitted. Above mentioned law defines tobacco products as products that contain tobacco and are intended to be smoked, sniffed, sucked or chewed. Smoking electronic cigarettes in indoor public places and workplaces is not yet regulated with the law (presumably this will be done when transposing the EU Directive into our legal system).</p>	<p>There are no specific regulations governing the use of electronic cigarettes in the building of the Parliament.</p>
<p>Spain</p>	<p>Yes, there is a general ban to the use of e-cigarettes in enclosed public spaces. Electronic cigarettes are regulated in the Spanish legislation in the Additional Provisions twelfth and thirteenth of the Act No. 3/2014 of March 27 which modifies the General Act for the Defence of Consumers and Users. Thus, the Additional Provision twelfth indicates that consumption of devices which may release nicotine (like e-cigarettes) is specifically forbidden in:</p> <ul style="list-style-type: none"> - All the buildings of the public administration and public entities. - All kinds of health centres, including all their closed and open spaces. - All kinds of educational and training centres, including their closed and open spaces. However, e-cigarettes are specifically allowed in the open spaces of universities and training centres for adults, unless they have direct access to the buildings or the pavement. - All kinds of ground, maritime and air public transportation, regardless of the nationality of the company of the means of transport. - Enclosed areas of playgrounds and children´s parks, including the enclosed open spaces with equipment intended for the amusement of children. <p>Therefore, we can consider that there is a general ban to the use of e-cigarettes in enclosed public spaces in Spain, because these five sections virtually comprehend all the possible examples.</p>	<p>Under Act No. 3/2014 of March 27, smoking of e-cigarettes is not allowed within the premises of the Spanish Parliament. The twelfth additional provision of this act establishes that the use of devices that may release nicotine (such as e-cigarettes) shall be subject to the same provisions laid down for tobacco consumption. Consumption of these devices is prohibited in centres and departments of public administrations and public-sector entities (including the premises of the Parliament). In the centres or departments where the use of devices that may release nicotine is prohibited, there shall be posters, in a visible spot, announcing the ban. These posters shall also indicate, if any, the designated areas for the use of these devices.</p>

Sweden		
United Kingdom	No, and according to the Department of Health none is planned.	Smoking traditional cigarettes is not allowed inside Parliamentary buildings (in common with other UK workplaces). These rules have not yet been changed to take account of e-cigarettes, although how this might be done is to be considered by the relevant House Committee in the near future.